

Pró-Criança *

*Antenor Manoel Napolini (**)*

RESUMO

PRÓ-CRIANÇA é um programa destinado às crianças de idade inferior a sete anos em Santa Catarina, com ênfase nos aspectos de saúde, nutrição e estimulação. Deflagrado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, é coordenado por uma Comissão interinstitucional e desenvolvido com a participação comunitária. O artigo sintetiza as diretrizes que norteiam o PRÓ-CRIANÇA, relata as principais atividades de 1983 e apresenta algumas perspectivas.

01 — TUDO SE DECIDE ANTES DOS SETE ANOS DE IDADE — Durante muito tempo não se deu maior importância aos primeiros anos de vida das pessoas. Os pequenos eram considerados adultos em miniatura.

Nas últimas décadas, ocorreu uma verdadeira descoberta do “mundo da criança”.

Nesse sentido, grande influência exerceram os resultados de pesquisas sobre o crescimento emocional e da personalidade, sobre o desenvolvimento cognitivo e em especial sobre bioquímica cerebral, que indicam que a capacidade criadora do cérebro e as possibilidades de seus neurônios podem se desenvolver extraordinariamente em condições adequadas.

“A base da personalidade se forma nos primeiros anos de vida. O cérebro atinge 80% do seu peso total aos quatro anos de idade. Até os três anos, a criança já adquiriu praticamente toda a estrutura de comunicação linguística que usará como adulto. Suas primeiras e mais marcantes experiências já se fizeram antes dos quatro anos. Ela já terá, a essa idade, experimentado amor ou rejeição, carinho ou desprezo, atenção ou indiferença, apoio ou proibição, confiança ou desconfiança, alegria ou tristeza.

(*) O Documento Básico do PRÓ-CRIANÇA foi elaborado com a participação de várias instituições e aprovado, em maio de 1983, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Social. O autor deste artigo foi o redator final daquele documento.

(**) Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e Assessor Especial do Governador do Estado.

Essas vivências terão sido determinantes na formação de sua auto-
imagem e irão, conseqüentemente, pautar todo o seu desenvolvimento
futuro". (1)

Os resultados de pesquisas sobre a influência da nutrição no desen-
volvimento do cérebro provam que as carências que ocorrem durante o
processo de evolução do cérebro podem determinar seqüelas irreversíveis.

A desnutrição severa no período crítico de formação do cérebro reduz
o número de células, cujo crescimento parece praticamente acabado ao
fim do segundo ano de vida. (2)

"O estado nutricional das crianças brasileiras revela uma situação
grave. O problema de desnutrição é grande em termos de número: sério
em termos de grau; crônico em termos de natureza; está atingindo crian-
ças cada vez mais cedo nas suas vidas; está concentrado em áreas rurais,
nas periferias urbanas e está presente em qualquer lugar onde se encon-
tram famílias de baixa renda.

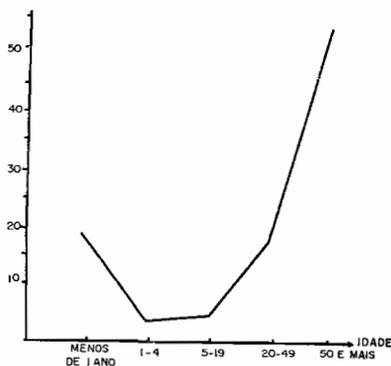
Uma em quatro crianças brasileiras é portadora de desnutrição de 2º e
3º grau". (3)

O problema da nutrição não pode ser dissociado da saúde.

Sabe-se que, na maioria absoluta dos óbitos de criança de 1 a 5 anos,
a má nutrição aparece como causa associada às doenças típicas de
regiões subdesenvolvidas.

Em Santa Catarina, o grupo constituído por crianças de faixa etária
inferior a 5 anos era responsável, em 1.980, por 22% do total dos óbitos.

SANTA CATARINA
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ÓBITOS, SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO 1980



FONTE: IBGE - REGISTRO CIVIL

Mais de 30% (trinta por cento) dos excepcionais atendidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial são portadores de deficiência mental leve, os quais, geralmente pertencem aos extratos marginalizados da população, portanto, sujeitos a carências múltiplas, determinantes de desvios no desenvolvimento intelectual.

02. — QUEM SÃO — Em cada seis catarinenses, um tem menos de sete anos. Ou seja, são quase 700.000 crianças. As que mais precisam de ajuda são as que vivem nos maiores focos de pobreza e as portadoras de problemas mentais, físicos e sensoriais.

O censo de 80 revelou que 60% da população catarinense é urbana.



Embora não tenhamos nenhuma cidade de grande porte, constatamos sérios problemas com as crianças das periferias urbanas de várias cidades. Estas cidades sofreram um processo de inchamento provocado pelo êxodo rural. 65 municípios catarinenses registraram em 1.980 uma população total inferior à existente no censo de 1.970.

As crianças das áreas rurais também precisam de uma ajuda especial. As ações educativo-culturais precisam ser integradas com outras iniciativas de política social, particularmente com as de saúde, saneamento e organização comunitária e da produção.

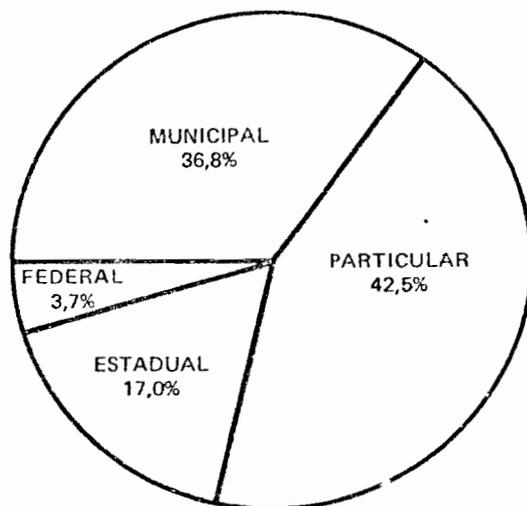
É importante destacar que dos 199 municípios catarinenses, 134 registraram, em 1.980, uma população rural maior que a urbana. Merece também destaque o problema das crianças das comunidades pesqueiras distribuídas ao longo do nosso litoral e das crianças da região carbonífera. Nesta região, além dos sérios problemas sócio-econômicos existe a poluição ambiental que atinge o solo, a água e o ar. A região carbonífera é responsável por um dos mais altos índices de mortalidade infantil do Estado.

Embora não se constitua em um foco localizado geograficamente, merecem uma atenção especial aos filhos de delinqüentes e das vítimas de crimes violentos.

Das 700.000 crianças de idade inferior a sete anos que existem no Estado, aproximadamente 40% freqüentam creches, escolas maternas, jardins de infância ou instituições similares.

A rede particular foi responsável por 42% do total da matrícula em 1982.

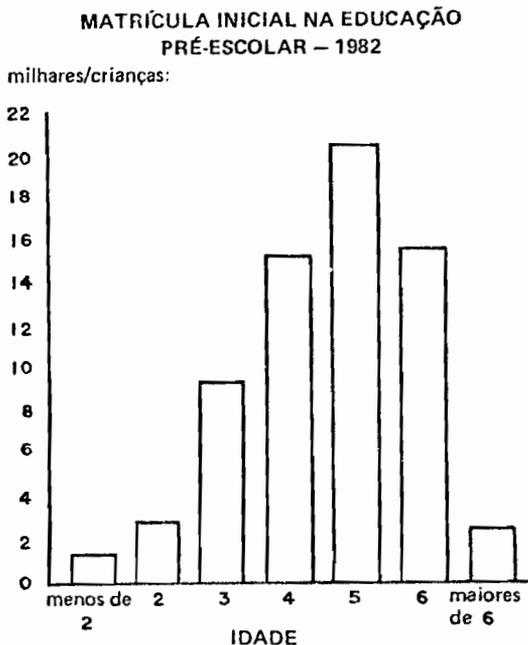
MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA
ADMINISTRATIVA - 1982



Fonte: Unidade de Documentação e Informática da Secretaria da Educação.

Considerando que esta rede atende, basicamente, a população de renda alta e média e em melhores condições, pode-se afirmar que os que menos precisam são os maiores beneficiados.

Há que se considerar, também, que a maior parte da matrícula se concentra na faixa etária de 4 a 6 anos, ou seja, o atendimento institucional cresce na medida em que se aproxima da escolarização obrigatória.



Fonte: UNDI/SE – 1982

Pode-se, pois, questionar as possibilidades preventivas do atendimento existente, pois além de ser numericamente reduzido, concentra-se em crianças de famílias de renda média e alta e sua incidência é tardia.

03 — FAMÍLIA — A BASE DE TUDO — Considerando as características dessa faixa etária, constata-se que não se pode isolar essas crianças de um contexto social mais amplo. Uma ação que se destina aos pequenos, necessariamente, atingirá a constelação familiar, implicando em uma corresponsabilidade comunitária.

Históricamente a família tem sido e continua sendo a principal responsável pelos pequenos.

“A família sempre exerce a influência mais fundamental no desenvolvimento físico/afetivo e intelectual da criança, antes durante e depois da escola. Além disso, a família existe inclusive onde não existem escolas. Toda família, independentemente das circunstâncias que a caracterizam (pobre ou rica, rural ou urbana) cria seu próprio conjunto de valores e condutas, conhecimentos e atitudes, que a criança adquire em um processo de interação e influência recíproca com os pais, irmãos e irmãs e outros membros da família”. (4)

Na medida em que a família encontrou dificuldade em cumprir sua missão, ela foi socorrida por outras instituições sociais que começaram a surgir a partir dos fins do século XVIII e hoje estão se tornando indispensáveis.

Dois grandes forças propulsoras convergem para a multiplicação das instituições dedicadas aos pequenos: uma de cunho mais econômico, vinculada ao processo de industrialização/urbanização, e a outra de cunho mais político, vinculada à participação da mulher.

Evidentemente, embora sejam distintas, não há como considerá-las separadamente. Os dados censitários registram que na década 1.970/1.980, a força total de trabalho do Estado aumentou em 53%, enquanto a participação da mulher nesta força, no mesmo período, aumentou em 104%.

Especificamente, no setor secundário o crescimento da força do trabalho foi de 140%, enquanto a participação da mulher no mesmo setor, aumentou em 336%.

Há que se considerar, ainda, a presença da mulher no mercado informal de trabalho.

Hoje, entre nós, a ação direta junto aos pequenos é um imperativo da política social proposta pois, por um lado, significa uma renda indireta para as famílias, e por outro lado, possibilita a ampliação direta da renda familiar pela possibilidade de as mães exercerem atividades remuneradas.

Considerando-se os dois eixos básicos que fundamentam a política social, ou seja, participação e *emprego/renda*, pode-se avaliar o alcance imediato e remoto da proposta: atinge o pequeno no seu contexto (família e comunidade) e valoriza a participação não apenas como estratégia, mas acima de tudo, como o conteúdo do próprio processo de educação comunitária.

Convém, no entanto, frisar que a proposta não é de escolarizar os pequenos. A ampliação do atendimento institucional, quando for necessário, deverá ser sempre acompanhada de ampla criatividade, no sentido de propiciar as melhores condições para os pequenos viverem em plenitude o “ser criança”.

Considerando, pois, suas características eminentemente preventivas e por incidir diretamente sobre os fatores que influenciam o rendimento escolar, a ação junto aos pequenos é estratégica para a promoção de igualdade de oportunidade, entendida não apenas como igualdade de acesso, mas especialmente de sucesso.

04 — OS GRANDES PRECISAM SER GENTE — Para trabalhar com os pequenos, acima de tudo, é preciso ser gente. A partir da constatação científica da importância decisiva da infância na vida da pessoa, conclui-se que o adulto que atua junto ao pequeno precisa ser o mais preparado e o mais “gente”.

Muito precisamos andar ainda para chegar perto desse sonho...

Mas algumas medidas podem ser tomadas imediatamente. Considerando que 10% das crianças estão sendo atendidas diretamente pela rede institucional, é conveniente investir nas pessoas que atuam junto a esses pequenos, melhorando o desempenho desses educadores.

É necessário, também, adequar os currículos das instituições que preparam, formalmente, profissionais para atuarem junto às crianças bem como definir uma política de recursos humanos que sirva de base para todas as ações de treinamento, formação e valorização dos educadores da infância.

É claro que a valorização do “educador” dos pequenos inclui significativas alterações, também, nos aspectos de remuneração e vínculo empregatício.

O problema mais crítico localiza-se nos dois primeiros anos de vida e para esta faixa etária o atendimento institucional é mínimo. Torna-se, pois, urgente investir nos “grandes” junto aos quais o pequeno vive, ou seja, a constelação familiar.

Para este tipo de ação é necessário um “educador comunitário”. Esta atividade é por definição interdisciplinar, intersetorial e integrada. Apesar da terminologia sofisticada trata-se de uma ação simples que muitas mães ou líderes comunitários fazem muito bem e poderão ensinar os “doutores”.

A proposta é construir gente e não prédios.

05 — FAZER ACONTECER — Praticamente não se trata de começar, mas de potenciar uma ação existente. O processo funciona em espiral: cada volta amplia a abrangência da proposta.

No entanto, o momento atual é de muita importância pelo compromisso explícito assumido pelo Governador do Estado de investir prioritariamente nos pequenos. Este compromisso implica na viabilização política de uma proposta cuja consistência técnica e alcance social são evidentes.

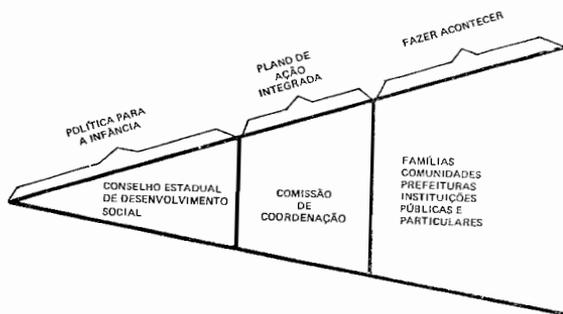
O fundamental é o respeito pelos processos já deflagrados pelas comunidades e que merecem apoio. Não se trata, pois, de montar um projeto tipo “pacote” e implantá-lo em todos os cantos. A proposta é exatamente o inverso: *trata-se de ouvir, discutir com, decidir com, cooperar com.* (5)

O fazer acontecer deverá ser uma expressão de identidade cultural. Neste aspecto, o plural deve ser a regra.

Há, no entanto, necessidade de serem definidas algumas atribuições para que sejam evitados atropelamentos, paralelismos e superposições.

Podemos distinguir três níveis:

- o nível de fazer acontecer
- o nível de coordenação
- o nível de definição da política para a infância.



No primeiro nível estão as pessoas, as famílias, as comunidades e instituições públicas e privadas que atuam diretamente junto aos pequenos. São os que fazem efetivamente acontecer, lutando com dificuldades de toda ordem. Precisam ser bem conhecidas e conhecerem-se entre si para desencadear um processo de cooperação que a todos fortalece.

Em nível de coordenação ocorrem os maiores problemas, tanto no âmbito federal como estadual e municipal. Evidentemente, os fatos atestam a inexistência de uma política explícita para a infância. Às vezes as crianças recebem alimentação mas não dispõem dos mínimos cuidados na área da saúde. Em outros casos as áreas da saúde e nutrição estão razoáveis, mas as áreas afetivas e cognitivas deficientes.

A correção da distorção não é complexa. Numa mesa redonda onde cada instituição explica o que faz, com quem e para que, pode-se começar a corrigir o processo.

Com este objetivo o Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, que tem por finalidade assessorar o Governador do Estado na formulação da política social, aprovou a criação da Comissão PRÓ-CRIANÇA.

Esta Comissão é integrada por representantes, em nível de decisão das entidades, cuja ação global ou setorial é fundamental para os objetivos visados:

- Gabinete do Governador
- Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense — LADESC
- Legião Brasileira de Assistência — LBA
- Fundação Nacional do Bem Estar do Menor — FUNABEM
- Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF
- Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC
- Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina — UDESC
- Associação Catarinense das Fundações Educacionais — ACAFE
- Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Santa Catarina — SEEESC
- Secretarias de Estado; da Educação, da Agricultura e da Saúde.

Entre os principais mecanismos operacionais da Comissão de Coordenação destacam-se:

- Plano de Ação Integrada, Informativo e Fundo PRÓ-CRIANÇA.

Sob este aspecto, é importante que a tradicional afirmação de que "não há recurso" seja substituída pela resposta ao questionamento:

- o que é prioritário mesmo?

06 — O QUE ESTÁ ACONTECENDO — A partir da aprovação, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Social em maio de 1983, das diretrizes que norteiam o PRÓ-CRIANÇA, a Comissão de Coordenação elaborou um Plano de Ação Integrada que abrange cinco grandes linhas:

Direito das Crianças, Quem está fazendo o que, Mobilização Comunitária, Recursos Humanos e Recursos Financeiros.

No entanto, a primeira ação mais significativa junto às crianças ocorreu em decorrência da enchente e teve como objetivos:

- ocupar as crianças dos alojamentos coletivos com atividades recreativas
- descarregar tensões acumuladas
- liberar os adultos para o mutirão de limpeza das casas e da cidade.

Passado o período crítico das enchentes o desdobramento natural desta atividade gerou três outras de grande alcance: o Mutirão do Material Didático, o Programa de Creches Domiciliares e o Programa de Saúde da Criança.

O Mutirão do Material Didático foi desenvolvido com alunos, professores de oito estabelecimentos de ensino de Florianópolis que produziram aproximadamente 10.000 peças destinadas à estimulação de crianças de idade inferior a sete anos das áreas atingidas pelas enchentes.

Em 1984 prossegue o Mutirão com a participação de estabelecimentos do interior do Estado e com a criação do Centro de Recursos Educativos.

O Programa de Creches Domiciliares começa a ser implantado em seis municípios e será expandido em 1984.

O Programa de Saúde da Criança e da mãe desdobra-se em sete projetos:

- Controle de infecções respiratórias agudas
- Controle de doenças diarreicas
- Materno Infantil
- Odontologia Sanitária
- Educação em Saúde
- Dermatologia Sanitária
- Prevenção do Câncer Cérvico Uterino e de Mama.

Alguns dos projetos tem abrangência regional e outros estadual. Todos prosseguirão em 1984.

Outra atividade que teve ênfase em 1983 e que prosseguirá em 1984 é a realização de seminários com objetivos de discutir a problemática da infância e alternativas de atendimento dentro das características regionais. Em 1983 foram realizados Seminários nas seguintes regiões:

Sul do Estado (Laguna), Grande Florianópolis (Florianópolis), Vale do Itajaí (Indaial), Planalto Norte (Mafra), Planalto Central (Lages), Oeste (Joaçaba), Extremo Oeste (Chapecó).

Entre as novas atividades programadas para 1984 merecem destaque:

- PRÓ-CRIANÇA RURAL, incluindo treinamento de pessoas de 1.300 comunidades rurais.
- PRÓ-CRIANÇA PRAIEIRA para atender as crianças das comunidades pesqueiras.
- PRÓ-CRIANÇA CULTURAL incluindo concursos e festivais de canções para a infância e de estórias infantis.
- PRÓ-CRIANÇA da região carbonífera.
- Produção de material educativo, relacionado com o PRÓ-CRIANÇA.
- Implantação de Comissões Municipais de Coordenação do PRÓ-CRIANÇA.
- Difusão radiofônica de informações relacionadas com a criança.

07 — O PROCESSO PRECISA DE SÓCIOS — Grande é a tarefa que temos pela frente e há espaço para todos: pessoas, famílias, comunidades, sistema religioso, de produção, político e educacional. Precisamos juntar todas as forças em um processo cooperativo. O caminho da participação é sempre muito longo e muito largo.

Um filósofo chinês do terceiro século antes de Cristo disse:
Quando se projeta por um ano, deve-se semear grãos;
Quando se planeja por uma década, há que plantar árvores;
Quando se planificar para a vida, deve-se educar pessoas.

BIBLIOGRAFIA

- (1) DIDONET, Vital. *Atendimento ao pré-escolar*, Ministério da Educação e Cultura, V. 1, Brasília, 1979.
- (2) FAURE, Edgar et alii — *Aprender à être*. UNESCO — FAYAR. Paris, 1972.
- (3) ARAÚJO, Alzemeira Miranda et alii. *Propostas para o atendimento à criança carente de 0 a 6 anos de idade*. Ministério da Previdência e Assistência Social — UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância, 1982.
- (4) 37ª Sessão da Conferência Internacional sobre Educação — UNESCO — Genebra 5 a 11 de julho, 1979.
- (5) NASPOLINI, Antenor. *Planejamento participativo*, Anuário da Educação, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.

RESUMEN

PRÓ-CRIANÇA es un programa destinado a los niños de edad abajo de siete años en Santa Catarina, haciendo hincapié en los aspectos de salud, nutrición y estimulación. El programa es de responsabilidad del Gobierno del Estado. Componen la Comisión de Coordinación representantes de diversas instituciones y es desarrollado con la participación comunitaria. El artículo es una síntesis de las directrices del PRÓ-CRIANÇA, un relato de sus actividades más significativas y también presenta algunas perspectivas.